

Infância e Cultura

Profa. Dra. Magali Reis¹

Resumo

O estudo procura refletir sobre a relação cultura e infância, tendo como referencial teórico os estudos culturais. O trabalho discute conceitos de infância disseminados no meio acadêmico e o conceito de cultura fundamentado nos estudos de Raymond Williams. Dentre os vários conceitos desenvolvidos por Williams, serão destacados os conceitos de cultura, cultura “cult” e cultura de “massa”, relacionando-os ao conceito de classe social, e o de sistema de significados inter-relacionados, os quais nos auxiliarão na discussão e compreensão da relação infância e cultura. O estudo discute a relação entre produção e reprodução da cultura adulta pela criança, opondo-se à noção de *kindercultura* como uma construção própria da infância. O estudo mostrou que a noção de cultura utilizada nos estudos recentes sobre cultura infantil está impregnada de uma visão de mundo dominante e adultocêntrica, impedindo que as reflexões sobre a produção cultural pela criança alcancem legitimidade e destaque seja na sociedade, seja na educação.

Palavras-Chave: Infância. Cultura. Sociedade. Educação.

Introdução

Neste artigo, procuramos discutir as diferentes abordagens conferidas ao conceito de cultura e sua aplicação aos estudos da infância. Salientamos, entretanto, como o caráter ideológico do conceito de cultura, pouco problematizado nos estudos, vem sendo amplamente difundido no meio acadêmico, especialmente na área de educação infantil.

Cultura Infantil, Cultura da Infância, Produção Cultural para Crianças, Kindercultura são apenas alguns dos termos correntemente utilizados na produção acadêmica da área sem que, no entanto, sejam suficientemente problematizados.

¹ Doutora em Educação. Docente do Programa de Pós-graduação em Educação da PUC Minas, em Belo Horizonte.

Uma tentativa de eximir-se de tal problematização impele teóricos contemporâneos a utilizarem o termo no plural, indicando a diversidade de “culturas” existentes na sociedade, sugerindo assim que o próprio termo cultura (ou culturas) seja autodefinidor e autoexplicativo.

Optamos por uma abordagem que nos possibilitasse romper com o senso-comum sobre tal conceito, ou seja, evitamos sua aplicação desvinculada da realidade social e histórica. Recorremos para tanto às conceituações de Raymond Williams, à medida que o autor amplia o campo de indagação sobre o conceito de cultura associando-o à sociedade e a categorias marxistas como ideologia e classes sociais, entre outros.

Inicialmente, identificamos a origem dos termos relativos a cultura, cultivo, culto, e suas implicações sociais. Posteriormente, observamos nos artigos e nas obras recentes sobre o tema infância e cultura quais são os autores mais comumente utilizados nas argumentações teóricas sobre o tema. Finalmente, discutimos o conceito de cultura em suas bases histórico-sociológicas fundamentados no pensamento de Raymond Williams.

Referencial Teórico

Raymond Williams (1921-1988), sociólogo da cultura, escritor e crítico literário, Galês, pertencente ao chamado Circulo de Birmingham, conhecido grupo de teóricos marxistas ingleses, bastante atuante nas décadas de 1950-1960. Williams é um dos mais importantes representantes da *New Left* britânica, ao lado de Eric Hobsbaum e Edward Thompson².

Para Williams, aprofundar a discussão sobre cultura implica percorrer caminhos que tenham como ponto de partida as definições mais correntes na sociedade sobre o termo. Em ***Cultura e Sociedade*** (1983), Williams recorre às diferentes definições do termo cultura para compreender sua substancial mudança a partir do século XVIII.

² Dentre os intelectuais de maior expressão na Inglaterra, havia aqueles que se situavam em diferentes correntes do pensamento crítico de orientação marxista, muitos filiados ao Partido Comunista da Grã-Bretanha, dentre eles o próprio Williams. Na década de 1950, esses intelectuais voltam suas críticas ao totalitarismo e às atrocidades stalinistas, rompendo com o PC. Naquele momento, a crítica marxista passa pelo revisionismo de Thompson, à teoria marxista. Assim o grupo de intelectuais dissidentes do PC Britânico, dentre eles Williams, Hobsbaum, Hoggart e o próprio Thompson, formou o grupo que ficaria conhecido como a “Nova Esquerda”, situando-se contra o conservadorismo da sociedade liberal e, ao mesmo tempo, contra ao totalitarismo e reducionismo da esquerda stalinista. Cf. CEVASCO, Maria Elisa. **Dez Lições Sobre Estudos Culturais**. São Paulo: Boitempo, 2003.

Assim, o autor afirma que a origem da nossa palavra *cultura* encontra-se na língua latina, tendo como radical *colo*, verbo latino rico em derivações, que tem o sentido original de cultivar. O vocábulo latino *cultus* (particípio de *colo*) tem, portanto, inicialmente, o sentido de cultura da terra. O verbo assumiu, posteriormente, o sentido de cuidar de, tratar de, ocupar-se de, mas também se refere a adornar, ou ainda, enfeitar. Somente no século XVIII é que a palavra cultura passa a associar-se ao termo *civilização*, passando assim a indicar refinamento, isto é, o termo cultura passou a ser utilizado como correspondente ao termo civilização, indicando assim um estado realizado, originado de *civitas*, indicando ordenamento e educação, no sentido de indivíduo educado, em oposição, ao estado primitivo de selvagem ou bárbaro. Mas este estado realizado também era caracterizado pelo seu desenvolvimento, isto é, um estado civil, civilizado, educado, indicando progresso, como uma “melhora” ou aprimoramento do selvagem ou do bárbaro. Os termos cultura e civilização eram, desse modo, intercambiáveis.

Ainda no século XVIII, intelectuais alemães tomaram a palavra *Kultur* num sentido mais amplo, para referirem-se ao cultivo de hábitos, interesses, língua e vida artística da nação que, segundo eles, deveria preservar suas características da influência cosmopolita de outras culturas.

Entretanto, não podemos desconsiderar que, no discurso iluminista do século XVIII, especialmente na França, berço das transformações sociais período, a ideia de civilização estava fortemente relacionada à crença da razão, que levaria o progresso às sociedades (CEVASCO, 2003). Consideramos, contudo, que, seja no romantismo alemão, seja no romantismo francês, cujo maior expoente é Jean-Jacques Rousseau, associação entre cultura e civilização passa a ser questionada. Daí que, no romantismo alemão mais propriamente dito, é que encontramos a definição de *Kultur* relacionada a valores voltados às emoções e aos estados de espírito em oposição à ideia universalizante de civilização voltada ao progresso da nação. Segundo Williams (op. cit.), tal embate pode ser compreendido como a tentativa do lado alemão em preservar os valores tradicionais, assim como os valores morais e os costumes germânicos, produzindo assim a ideia “cultura nacional” capaz de solidificar o estado alemão. Enquanto que, do lado francês, havia uma proposta mais universalizante de cultura passível de ser aplicada a qualquer sociedade europeia.

Tais embates parecem ter sintetizado, na forma mais corrente e também mais acrítica de cultura ligada então tanto à produção artística em geral como às artes

plásticas, à dança, à música, como também passa a referir-se a práticas e rituais de determinado grupo social, à religião ou a instituições que porventura podem opor-se à ideia de civilização e aos valores dominantes da sociedade eurocêntrica.

No Português falado no Brasil, encontramos a palavra cultura referindo-se a uma infinidade de significações, indicando que por *cultura* se entende muita coisa, sem que, no entanto, se altere a ordem argumentativa sobre o termo.

Não obstante, a essa polissemia do termo cultura, encontramos ainda no século XX a ideia de Cultura, com “C” maiúsculo como aquela de gênero alto, referindo-se à erudição, ao gosto refinado e ao comportamento polido. Assim, a cultura, com “C” maiúsculo, permanece no pensamento dominante como aquela de caráter erudito até meados da década de 1960, quando então passa a indicar a cultura “comum a toda a sociedade”. Essas concepções de cultura, aliadas à noção de cultura como referente ao erudito, iriam ser preponderantes até meados do século XX. No entanto, Cevalco (2003) afirma que, a partir dessa época, após a “civilização europeia” ter passado por duas grandes guerras e, ainda, com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa na década de 1960, não era mais plausível pensar em cultura dessa forma, como se uma só cultura fosse comum a toda a sociedade. Cevalco (op. cit.) afirma que é nesse momento histórico que a palavra Cultura, com letra maiúscula, passa a ser substituída por culturas no plural.

Nesse contexto, cabe situar o intelectual britânico Stuart Hall que, somando-se à *New Left*, foi um dos fundadores da *New Left Review*, dos chamados Estudos Culturais. Ao lado de Williams e Thompson, Hall destacou-se por ter a preocupação em reformular o conceito de cultura. O que estava em foco naquele momento eram as significativas modificações pelas quais a Europa passava em termos de cultura e produção material, além, é claro, das tensões políticas e econômicas. Assim, procurar compreender aquelas especificidades foi a tônica da *New Left* e dos estudos culturais.

Os intelectuais da *New Left* Britânica não restringiam sua atuação ao campo político ou político partidário, e econômico, estavam especialmente preocupados com a educação popular e a formação dos trabalhadores. Buscavam com seus estudos colocar em foco a cultura popular e valorizá-la, como conjunto de valores legítimos; fazia-se necessário nesse contexto ressignificar o conceito de cultura dominante à época.

Em vários estudos, mas especialmente em *Materialism and Culture*³ (2006), Williams retomará as ideias de Gramsci, em particular aquelas desenvolvidas na Organização da Escola e da Cultura, procurando romper com o estruturalismo economicista que impregnava o conceito de cultura. A partir dessa obra, Williams fornecerá as bases para a teoria materialista de cultura. A este movimento de busca por uma conceituação mais precisa sobre cultura, Williams define o materialismo cultural como a produção cultural e literária inscrita no materialismo histórico. Desse modo, o conceito de cultura não pode ser concebido como algo dado, distinto e fora da realidade social, política e econômica. Em *Cultura* (2001), Williams refere-se à dança como uma expressão que depende mais do corpo e movimento do que a música, por exemplo, que depende dos instrumentos e, portanto, depende da produção material. Algo semelhante ocorre com as artes visuais e com a literatura, porém essas duas últimas estão ainda mais vulneráveis às relações de mercado e, portanto, às relações econômicas. Ao opor-se à ideia de cultura como instância autônoma e separada da sociedade, Williams indica que esta necessita ser pensada a partir da reflexão concomitante de outros conceitos, aprofundando suas análises aos processos sociais e materiais relativamente à cultura.

Tal análise é importante, pois demonstra a crítica sobre como os estruturalistas trabalhavam (e ainda trabalham) com a noção de que cultura e sociedade constituem esferas tão específicas, que não têm uma relação intrínseca entre si. Dentre os estudos mais comumente utilizados na análise da cultura, destacamos a *Interpretação das Culturas*, de Geertz, como um exemplo importante de estruturalismo cultural. Não obstante tal obra é amplamente citada por aqueles que pretendem compreender a relação cultura – educação, ou mais especificamente infância e cultura. Embora Geertz afirme que cultura jamais é particular, mas, ao contrário, pública, o autor dá grande ênfase aos elementos sociais preestabelecidos de modo que suas análises baseadas na descrição são a-históricas, e não consideram a disponibilidade de materiais e quais os meios que os sujeitos dispõem para a eles ter acesso. As análises de Geertz distanciam-se da concepção biologista de Tylor apenas na sua compreensão de que cultura é essencialmente social. Isto porque, conforme afirma Laraia (2009), a antropologia cultural de Geertz inscreve-se na Teoria Idealista de cultura, uma vez que o antropólogo norte-americano registra que o conceito de cultura

³ Embora a edição original seja de 1969, trabalhei neste artigo com a edição mais recente publicada no ano de 2006.

[...] deve ser considerado não como um complexo de comportamentos concretos, mas um conjunto de mecanismos de controle, planos, receitas, regras, instruções (que os técnicos de computadores chamam de programa) para governar o comportamento. Assim, para Geertz, todos os homens são geneticamente aptos a receber um programa. (LARAIA, 2009, p. 62).

Nessa afirmação há uma implicação inconteste para a infância, uma vez que sua socialização a inscreverá numa dada sociedade, isto é, o meio social limitará o leque de possibilidades à medida que será limitado ao contexto previamente estabelecido no qual ela cresce⁴. Nesse sentido, tanto a sociedade quanto a cultura se impõem à criança que de tal modo ela jamais conseguirá sair dessa “camisa de forças” que é o contexto preestabelecido.

A análise dessas outras ideias por Williams é importante, pois ele mostra como, em geral, os marxistas e os estruturalistas trabalhavam com a noção de que elas constituíam áreas ou esferas específicas, sem conexão ativa de umas para com as outras. Na crítica a esse tipo de interpretação mecanicista, Williams responde ao elaborar uma teoria materialista da cultura, superando as concepções marxianas reducionistas e economicistas, e as análises estruturalistas, que colocam a cultura como superestrutura pré-determinada pela infraestrutura. Nesse sentido, Williams possibilita pensar a infância e a cultura em termos dialéticos afirmando que

a sociedade não é apenas a casca morta que limita a realização social e individual. É sempre também um processo constitutivo com pressões muito poderosas, que são internalizadas e se tornam vontades individuais. Assim, a cultura está na totalidade do processo social. (WILLIAMS, 2006, p. 90-91).

Assim compreendida, a cultura situa-se como força produtiva, isto é, como elemento essencial na produção dos sujeitos e da sociedade, o que permite refutar a ideia de que a cultura nada mais é do que um mero reflexo da realidade social. Ainda que para os estruturalistas a ideia de mediação entre cultura e sociedade seja sutilmente pensada, Williams rejeita tal percepção compreendendo que ela nada mais reafirma que a dualidade de duas instâncias distintas, reforçando o dualismo entre cultura e sociedade. Ao contrário, o crítico inglês afirma que cultura é um conjunto vívido de significados e valores – constitutivos e constituidores – que, ao ser experimentado como prática, parece conformar-se reciprocamente. (op. cit. p. 112). Há, portanto, uma tensão entre a cultura dominante e a contracultura que ela mesma produz e pretende limitar. O

⁴ Cf. Laraia, op. cit, p. 62.

que permite afirmar que a cultura infantil nada mais é que a contracultura adultocêntrica, que o próprio adultocentrismo procura limitar.

Mas Williams vai além, na elaboração de seu materialismo cultural, e, valendo-se da noção antropológica de cultura como um modo de vida, comum a toda a sociedade, refuta também a ideia de que cultura é apenas cultura da elite. Cevasco (2003) afirma que, nesse sentido, a cultura deixa de ser um resultado ou reflexo de uma determinada base, mas passa a ser encarada como aspecto importante, isto é, ativo na organização social. Ou seja, a cultura torna-se elemento constitutivo do processo social e, assim, *é um modo de produção de significados e valores da sociedade*, de tal modo que as práticas culturais tanto reproduzem quanto produzem significados que modificam a sociedade (p. 110). Essa afirmação permite pensar a cultura infantil como reprodutora da cultura adulta e, ao mesmo tempo, como produtora de fato de uma cultura particular.

A grande lacuna que se apresenta então, nos estudos sobre a cultura infantil, é a considerável fragilidade do conceito de cultura, esvaziado de seu sentido histórico-sociológico, cujos dados empíricos reafirmam, por si só, uma intenção de evidenciar uma realidade que se fundamenta nos princípios dominantes. Nesse sentido, a análise da cultura infantil tem como modelo a imagem da cultura adulta, já que a primeira expressa contradições que a segunda pretende escamotear.

O dado a sublinhar aqui é o conjunto de descritores referentes à cultura infantil, que reproduzem a lógica do poder, fazendo com que as diferenças e os conflitos apareçam como mera diversidade de termos. Destacamos o conceito de *kindercultura*⁵ e sua tradução para o português como cultura infantil. A *kindercultura* refere-se à produção industrial de caráter ideológico de aparatos produtores de certa noção dominante de criança e infância, que diz respeito mais à construção corporativa de infância do que corresponde de fato ao que a criança faz com os produtos que recebe, isto é, no caso daquelas crianças que têm acesso a eles. De modo algum a *kindercultura* expressa de fato a cultura infantil, ao contrário, expressa mais aquilo que a cultura adultocêntrica pensa sobre a criança e a infância.

Outros descritores como Produção Cultural pela Criança ou Cultura da Infância seguem o mesmo jogo ficcional. Dessa forma, oculta-se a especificidade da cultura

⁵ Referimo-nos aqui ao conceito da obra de Steinberg, Shirley e Kincheloe, Joe. *Kinderculture: The Corporate Construction of Childhood*. New York: Perseus Books, 1998. Traduzido para o português: Steinberg, Shirley e Kincheloe, Joe. *Cultura Infantil: A Construção Corporativa da Infância*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001.

infantil, efetivando-se um discurso que tem como parâmetro a noção dominante de criança e infância.

Nessa trama constituída pelo adultocentrismo, as culturas infantis revelam-se como eivadas de uma realidade sintetizada por interesses especulativos sobre a infância, advindos da economia e da política. Aculturadas por regras e costumes arbitrários, expressam, não obstante as crianças resistem e produzem uma cultura particular.

Considerações Finais

Os caminhos percorridos neste estudo permitem-nos assinalar a importância da análise criteriosa do conceito de cultura como base de sustentação para a compreensão da infância e da criança brasileira. A arbitrariedade dos conceitos relativos à cultura infantil instigam-nos a penetrar ainda mais na trama montada pela sociedade adulta e dominante, pois ela tem produzido uma cultura negadora da cultura infantil, utilizando-se de inúmeros aparatos que mascaram a condição da criança como sujeito histórico e ativo nas relações sociais.

As problematizações postas aqui abrem uma multiplicidade de possibilidades interpretativas para a análise da cultura infantil como produto e produtora de significações sociais.

De tal modo a teoria materialista de cultura desenvolvida por Williams nos permite analisar que

a inserção das determinações econômicas nos estudos culturais é, sem dúvida, a contribuição especial do marxismo, e há ocasiões em que sua simples inserção é um progresso evidente. Mas, no fim, não pode ser uma simples inserção, pois o que se faz realmente necessário, além das fórmulas limitadoras, é o restabelecimento de todo o processo social material e, especificamente, da produção cultural como social e material. (2006, p. 140).

Williams contribuiu, sobremaneira, para a elaboração de uma teoria materialista de cultura, ampliando seu campo conceitual, à medida que o compreendeu como um processo integral da vida, enfatizando a interdependência das várias esferas da realidade social, produzindo um sistema de significados inter-relacionados, e a concebendo como força produtiva, isto é, como elementos ativos na transformação social. Assim compreendida, a cultura deixa de ser uma esfera separada da realidade social, para

entrar no cotidiano das pessoas. Daí a importância de repensar a cultura em termos conceituais e metodológicos.

Nesses termos, reafirmamos, como analisou Cevasco, que a ideia de uma teoria e análise da cultura como um modo de luta foi, e é, de suma importância seja no contexto em que surgiram os estudos culturais, seja na atualidade, quando, cada vez mais, a produção de massa amplia seu alcance e sua influência, tornando-se essencial para movimentar o funcionamento e a propagação dos sistemas políticos dominantes.

As análises de Williams são fundamentais para a transformação do conceito de cultura, de caráter estrutural-funcionalista, ainda amplamente difundido no meio acadêmico.

Recuperar as ideias desse importante intelectual é de vital importância para o pensamento político e suas conseqüentes ações relativas à criança e à cultura infantil, frente, sobretudo, ao ‘modismo’ intelectual em voga nesse contexto denominado por alguns e aceito por muitos especulares teóricos acerca do sentido e do significado do conceito de cultura.

Esse modismo intelectual se ancora na ideia de cultura no plural como conceito autodefinidor das diferenças e identidades. Porém, em tal movimento, a cultura volta a ter um significado estanque e reducionista, já que passaram a existir várias culturas. Este seria o mundo da pluralidade cultural. A implicação desse pensamento é dramática para a ação política comum, que passa a ser desencorajada quanto à sua capacidade de transformação.

Diante disso, consideramos o pensamento de Raymond Williams, sobretudo no que tange à questão da cultura, como de grande importância para se entenderem os caminhos traçados pelo pensamento estruturalista e para se estabelecer uma crítica bem fundamentada sobre eles, não apenas no sentido do debate de ideias, mas no de se retomar a ideia da possibilidade de luta e transformação social que passa, necessariamente, pela concepção de cultura.

Bibliografia

BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo-RS: Editora Unisinos, 2003.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez Lições Sobre estudos Culturais**. São Paulo: BoiTempo Editorial, 2008.

- _____. **Para Ler Raymond Williams.** São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- CONH, Clarisse. **Antropologia da Criança.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- KUPER, Adam. **Cultura:** a visão dos antropólogos. Bauru: Edusc, 2002.
- LARAIA, Roque de B. **Cultura:** Um Conceito Antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2009.
- WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade** 1790-1950. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
- WILLIAMS, Raymond. **Cultura.** 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- _____. **Palavras-Chave.** São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. **Culture and Materialism.** London:Verso, 2005.
- _____. **Television and Cultural Form.** Routledge USA, 2003.
- _____. **O Campo e a Cidade na História e na Literatura.** São Paulo: Cia das Letras, 1995.